

Perspectivas futuras para a Enfermagem: a 15 anos daqui

António Machás, Carla Folgado, Daniel Oliveira, Maria Manuel Reis, Maria Regina Oliveira, Natércia Silva

Ao pensarmos em perspectivas futuras para a enfermagem e logicamente para os enfermeiros num quadro temporal de mais ou menos 15 anos, é sem dúvida um processo arriscado para este início do Século XXI, onde a voragem do tempo é por vezes letal.

No entanto temos um quadro conceptual que serve de preâmbulo e onde podemos ousar arriscar a nossa visão futurista, mesmo sem uma bola de cristal.

Temos actualmente a enfermagem porque lutamos:

- Temos o Regulamento do Exercício para a Prática de Enfermagem (REPE) que permite o regulamento do exercício profissional (Decreto-Lei nº161/96);

- Temos a Ordem dos Enfermeiros (OE) responsável pelo desenvolvimento, regulamentação e controlo da formação e do exercício profissional (Decreto-Lei nº104/98);

- Ao nível da formação conseguimos a integração no ensino superior e formação de base ao nível da licenciatura (Decreto-Lei nº353/99);

- Temos diferentes associações profissionais e sindicais que procuram defender os interesses dos seus associados.

Perspectivando o futuro temos à cabeça o Processo de Bolonha com as suas implicações no enquadramento da enfermagem no ensino superior (Decreto-Lei nº74/2006).



A saber, a reorganização do ensino superior em torno das competências que se vão desenvolvendo ao longo de diferentes ciclos de estudos, assentam numa lógica de formação ao longo da vida em que a pessoa é o promotor desse desenvolvimento. E assim para além de formarmos profissionais para a prestação de cuidados, formamos profissionais para a gestão de cuidados, para a participação na gestão dos serviços, unidades e estabelecimentos de saúde, formação de enfermeiros e outros profissionais de saúde e ainda para o desenvolvimento da prática da investigação.

Surge então agora a questão:

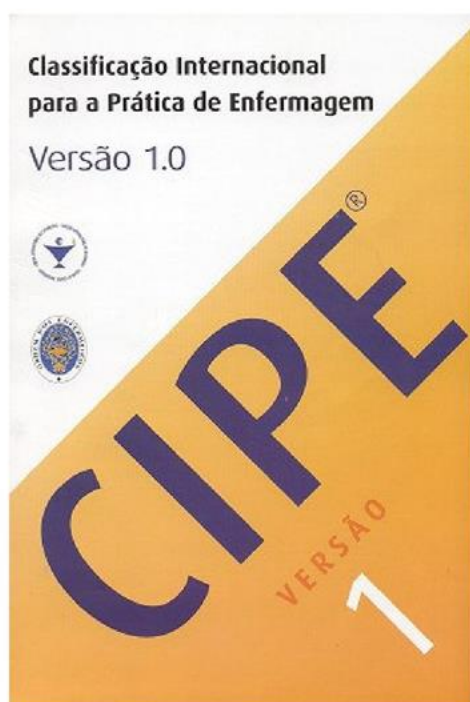
- Ficamos no 1º ciclo de estudos?
- Ou como defende a OE temos competências para integrar o 2º ciclo de estudos?

Esta não é uma questão a menosprezar, sob pena de regredirmos a 1998 na formalização dos graus com implicações no desenvolvimento futuro da profissão e sua posição no quadro global da saúde. Mas será que no futuro o ensino da enfermagem vai aproximar-se do modelo universitário? Será possível no futuro ver enfermeiros “internos”?...

Entretanto foi apresentado o ano passado, em 2006, a versão portuguesa do manual da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE) considerado uma óptima plataforma de trabalho e um óptimo instrumento para o futuro, devendo constituir-se como o manual do ser enfermeiro posição defendida pelo Enf. Élvio de Jesus coordenado do grupo de trabalho CIPE. Sairemos da universidade dotados de linguagem própria, com diagnósticos próprios e afastando-se do modelo biomédico?

A CIPE significa uma linguagem comum que surge como resposta à necessidade dos enfermeiros de todo o mundo.

No futuro a CIPE será um instrumento de trabalho não só na área da prestação directa de cuidados, como também nas áreas de gestão, docência e nas áreas políticas ligadas à saúde e enfermagem.



Assim as directivas do processo de Bolonha e da CIPE vão influenciar significativamente o nosso futuro a curto/médio prazo.

Ao perspectivarmos o futuro próximo, agora em várias vertentes podemos extrapolar as competências do enfermeiro como agente interventor nos processos políticos, socio-económicos, ético-deontológicos e ambientais.

Já todos percebemos que em termos políticos vivemos momentos de grande agitação com decisões que para o bem e para o mal vão influenciar os tempos mais próximos. As alterações das localizações dos Serviços de Urgência, maternidades, a comparticipação no internamento pelos utentes, são apenas alguns dos exemplos da nossa actualidade diária com reflexos futuros.

Em termos de enfermagem salientamos a necessidade de implementar um sistema de desenvolvimento profissional baseado na certificação de competências, sendo os profissionais convidados a apresentar um portfólio que demonstre o seu desenvolvimento profissional contínuo. Assim, é preciso motivar para as novas directrizes os profissionais que, com o aumento da idade da reforma vão permanecer mais tempo em actividade, com o consequente envelhecimento e desgaste.

Cabe aqui sugerir que o tempo legal para os trabalhadores da função pública de “formação em serviço” passe a ser utilizado com carácter obrigatório em formação/investigação e seja também obrigatória a justificação da não formação/investigação, por parte da chefia e do profissional. Sugerimos para isso a criação de núcleos de vigilância para a promoção de formação.

Em termos de carreira de enfermagem como será o futuro:

- nomeação/ contrato individual de trabalho,
- serviço público/privado,

- avaliação de desempenho/progressão,
 - bacharéis/licenciados,
- enfim um campo onde se vão esgrimir o poder político e os sindicatos/OE.

Outro aspecto importante relaciona-se com a formação de novos enfermeiros e a sua entrada no mercado de trabalho, tendo a O.E. implementado a monitorização do processo de acesso á actividade profissional pelos recém formados.

No que diz respeito à qualidade de formação, pensamos que a teoria de Darwin, salvaguardando as respectivas proporções se pode aplicar aqui e só as escolas mais capacitadas sobreviverão. As consequências da abertura desregulada de cursos de licenciatura em enfermagem, comprometem seriamente as aprendizagens em ensino clínico e assim a qualidade dos cuidados a que os cidadãos têm direito. Uma regulação é neste caso fundamental e a OE por certo esta atenta ao problema.

Ser enfermeiro no século XXI desafia-nos com:

- Uma sociedade de informação – Domínio de novas tecnologias da comunicação entre os profissionais e os utentes se fará com suporte informático, sob pena de sermos info-excluídos. O domínio destas será uma competência que se prevê imprescindível. Estes avanços tecnológicos permiti-



ram maior acessibilidade dos utentes aos serviços de saúde e maior consciencialização dos mesmos sobre os seus direitos, por outro lado a atenção sempre crescente dos *media* no que diz respeito aos cuidados de saúde tendem a aumentar no futuro.

- Alteração do cenário dos cuidados – Contribuindo para um novo conceito de hospital e do seu papel no sistema de saúde, os hospitais do futuro vão ser hospitais de “agudos”, onde as pessoas permanecem o mínimo de tempo possível. O hospital deverá estender-se para a comunidade com apoio domiciliário às pessoas com alta precoce. Será na comunidade e nas casas das pessoas que o enfermeiro do século XXI continuará a sua actividade.
- Orientação para a prática na comunidade – O enfermeiro abandonará a rotina dos cuidados isolados, integrar-se-á mais ainda em equipas multidisciplinares em que o utente é a parte integrante, intervindo de uma maneira organizada que garanta cuidados integrados e continuados, centrados no indivíduo e na família, são os desafios do “novo” enfermeiro num conceito de proximidade.

Falando de aspectos bioéticos e deontológicos enumeramos:

- A descoberta do genoma humano permitiu conhecer os genes responsáveis por inúmeras doenças, ou seja actuar a um nível preventivo, com diagnósticos pré sintomáticos que permite antever a situação clínica no futuro.
- Ao utilizarmos esta informação estamos a reprogramar o ser humano para uma outra condição de vida.
- Clonagem
- Acompanhamento da morte medicamentosa assistida
- Crio preservação de células estaminais

Estas questões dentro de 15 anos, provavelmente, continuam na ordem do dia e continuaremos a analisá-las.

Finalmente ao focarmos os problemas



ambientais todos reconhecemos que o Homem está a maltratar o planeta e a modificar drasticamente as condições de vida deste nosso habitat. Será que ficaremos na História enredados no estigma: *avançaram tanto, tanto, que entretanto... caíram*. Ainda estamos, a tempo de recuarmos.

Mas no entretanto vamos assistindo a alterações climáticas, vagas de calor e frio, secas, tempestades e inundações, com as consequente calamidades humanas e novos problemas de saúde, fenómenos estes que no nosso país já não são virtuais mas reais e que vão alertar-nos para actuarmos em situações extremas.

A migração de doenças tropicais (Dengue e Malária) embora ainda não nas perspectiva de 15 anos já é um cenário previsível para o fim do século.

Que novas perspectivas para a enfermagem nestes contextos?

O desafio será ou actuar circunstancialmente ou actuar com uma estratégia antecipadamente delineada.

Bom, mas como diria Lucília Nunes, *"Um olhar sobre o ombro e sem complexos do passado, mas orgulhosos"*, façamos por construir um futuro mais promissor.

Referências Bibliográficas

- Nunes, Lucília, Que saberes para o novo milénio, *Enfermagem em Foco*, nº 40, 25 a 29 pág., ano IX
- Nunes, Lucília, Um olhar sobre o ombro, *Lusodidacta*, Junho 2003
- Machado, Maria da Graça Silva, Comunicações das primeiras jornadas de enfermagem do Hospital de Santo Espírito Angra do Heroísmo, *Enfermagem em Foco*, nº 41, 21 a 25 pág., ano IX
- Ordem dos enfermeiros, A ordem tem de alertar os estudantes, suas famílias e os cidadãos para o paradoxo criado pelo processo de Bolonha, nº 23, 4 a 7 pág., 2006
- Ordem dos enfermeiros, Intervenção da bastonária na assembleia-geral de 18 de Março de 2006, nº 21, 31 a 33 pág., 2006
- Ordem dos enfermeiros, CIPE versão 1-0, nº 21, 13 a 14 pág., 2006
- Ordem dos enfermeiros, Proximidade é a palavra-chave do encontro, nº 21 53 a 56 pág., 2006
- Sebastião, Licínia, Que saberes para o novo milénio, *Enfermagem em Foco*, nº 38 pág. 22, ano IX
- Revista Visão, "Ainda podemos salvar o planeta", Luís Ribeiro, Nº629, Março 2005, 90 a 100